

ESTUDOS & REFLEXÕES

9 | Liberdade de expressão na Era digital: o resgate de um direito humano?

Jorge dos Reis Bravo

59 | Principio de presunción de inocencia y principio de victimización: una convivencia imposible

Perfecto Andrés Ibáñez

79 | O âmbito de aplicação do crime de fraude na obtenção de subsídio ou subvenção no contexto dos Fundos Europeus Estruturais – um contributo

Ana Mendes de Almeida

131 | Acção popular: a intervenção acessória do Ministério Público na jurisdição cível

João Alves

153 | A atribuição de relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras em decisões de tribunais judiciais portugueses no âmbito do Direito Internacional Privado das obrigações

João Soares

187 | O regime jurídico do maior acompanhado: uma apresentação do regime substantivo

Jorge Artur Costa

CRÍTICA DE JURISPRUDÊNCIA

213 | Discricionariedade, “margem de livre apreciação”, “justiça administrativa”, “discricionariedade imprópria”, “discricionariedade técnica”: comentário ao acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte (TCAN), processo 01049/13.9BEBRG, 1.a Secção – Contencioso Administrativo, de 15-02-2019 – concurso para professor catedrático

António Francisco de Sousa

PRÁTICA JUDICIÁRIA

243 | Representação do Estado pelo Ministério Público nos tribunais administrativos – inconstitucionalidade material do conjunto formado pelas normas constantes do segmento nal do n.º 1 do artigo 11.º e do n.º 4 do artigo 25.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, na redacção conferida pela Lei n.º 118/2019

Orlando Machado

263 | A (i)legitimidade do Ministério Público para instaurar insolvências por falta de pagamento de créditos de custas

Jaime Manuel Olivença

272 | Resumos : Abstracts